

O jogo do racionamento

Rogério L. Furquim Werneck*

No artigo de 25/1 externei preocupações com a forma com que o governo vem lidando com a crise energética. O que preocupa não é só que o presidente se disponha a entregar ao PMDB o Ministério de Minas e Energia. É também preocupante que a alternativa à entrega do setor ao PMDB seja deixar a gestão da crise nas mãos da mesma equipe que, liderada pela ministra Dilma Rousseff, engendrou o precário quadro de oferta de energia que hoje se tem no País. Este segundo aspecto merece argumentação mais detalhada.

Até o final do atual mandato presidencial, o governo terá de lidar, ano após ano, com o arriscado jogo do racionamento. Para assegurar que a oferta de energia seja suficiente para atender a expansão da demanda, terá de manejar de forma criteriosa a água acumulada nos reservatórios das hidrelétricas, recorrendo a menor ou maior utilização das termoelétricas, na medida do regime de chuvas em cada ano. A utilização mais intensa das termoelétricas vai exigir problemática redução do volume de gás que vem sendo destinado à indústria. A precariedade do quadro não deixa muita margem para erros ou para enfrentar um quadro de seca excepcional. E qualquer imprudência ou contratempo tenderá a estreitar ainda mais a margem de manobra com que se poderá contar nos anos seguintes. É esse o jogo de alto risco que o governo se propõe a jogar, ano a ano, até 2010.

O Planalto bem sabe que, caso o racionamento se torne inevitável, isso lhe poderá ser extremamente custoso. Em abril de 2001, a simples constatação de que o racionamento era iminente foi suficiente para abortar a vigorosa recuperação da economia iniciada no ano anterior. Muito antes dos reais efeitos do corte da oferta de energia se manifestarem, as expectativas adversas já haviam matado o crescimento. Para Lula, um quadro similar poderia ter desdobramentos políticos desastrosos. E, tendo em conta o calendário político-eleitoral dos próximos três anos, o *timing* do racionamento pode acabar sendo-lhe especialmente adverso.

É mais do que natural, portanto, que o presidente tenha todo interesse em que o governo adote estratégia que busque minimizar o risco de um racionamento. Mas não faz sentido que o próprio presidente se envolva nos detalhes das decisões que a gestão da crise requer. Tais decisões têm de ser delegadas. E aqui vem o ponto crucial. A delegação das decisões à ministra Dilma Rousseff faz surgir na gestão da crise o clássico problema da escolha delegada, cujos desdobramentos têm sido extensamente explorados na teoria econômica ao longo dos últimos 30 anos.

Tal problema decorre da possibilidade de que o agente a quem as decisões são delegadas se pautar por interesses que não estejam exatamente alinhados aos interesses de quem as delegou. Em que medida os interesses de Dilma, na gestão da crise energética, discrepam dos de Lula? É claro que Dilma também atribui custo muito alto a um cenário de racionamento. Mas Dilma tem outra preocupação importante, que Lula não tem razões para ter nas mesmas proporções. Dilma teme não só o racionamento, mas a simples explicitação da crise e dos erros que a engendraram. É óbvio que o reconhecimento da crise também traria desgaste para Lula. Mas o presidente pode estar perfeitamente disposto a incorrer nesse desgaste, se isso for necessário para viabilizar medidas que reduzam substancialmente o risco de um racionamento. Para Dilma, contudo, a explicitação da crise e dos equívocos que a geraram implicaria perda definitiva de reputação, com conseqüências devastadoras para sua trajetória política.

Não é surpreendente, portanto, que a ministra venha resistindo a todo custo ao lançamento de um programa preventivo de racionalização da demanda de energia elétrica. Para não ter de reconhecer erros e alertar os consumidores para a precariedade da situação que foi criada, prefere deixar a corda esticar e apostar na sorte. Uma redução significativa do crescimento da demanda de energia, na esteira de uma campanha de sensibilização dos consumidores, poderia diminuir em muito o risco de um racionamento. Mas, infelizmente, tudo indica que o que vai afinal prevalecer é a estratégia de alto risco. No jogo do racionamento, a ministra Dilma Rousseff tem agenda própria. Que não é a de Lula, nem a do País.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.